

Os milhões (ou bilhões) da IA



» ARNALDO NISKIER
Membro da Academia
Brasileira de Letras, doutor
honoris causa da
Universidade Santa Úrsula

Inteligência artificial virou um negócio de bilhões ou trilhões. A cada dia, surge no noticiário uma versão da compra desta ou daquela ferramenta, mostrando o vulto a que chegaram as empresas da IA. A OpenAI rejeitou uma oferta de US\$ 97,4 bilhões de um consórcio liderado por Elon Musk, dizendo que a startup não está à venda. Isso impede que a empresa se torne “com fins lucrativos”. Dizem seus atuais proprietários que qualquer reorganização da OpenAI fortalecerá sua organização sem fins lucrativos. O desacordo entre Sam Altman e Elon Musk já tem alguns anos e parece que vai perdurar por um bom tempo (ou, talvez, para sempre).

O que se pode afirmar, com certeza, é que o ensino superior vai se expandir extraordinariamente, e a presença da IA, no processo, é uma garantia. Esse fato, é claro, logo chegará ao Brasil, e seremos beneficiados com essas melhorias. Mas o setor tem lá os seus problemas. O avanço da IA deve levar a uma forte subida das emissões, apesar do compromisso de zerá-las até 2030. Isso porque as matrizes renováveis (solar e eólica)

não são as ideais para os servidores. Sabe-se que energia solar /eólica é intermitente, devendo ser armazenada em baterias caras e descartáveis. Tudo isso deve ser também considerado.

A ciência nos reserva surpresas diárias. Ora é a conclusão de que a pressão arterial de 12x8 passou a ser considerada alta na Europa, e temos que ver o que isso significa, ora é a nova forma de preparo para exames do tipo Enem, com o emprego elevadíssimo de conceitos como a inteligência artificial. Quem poderia pensar nisso há 10 ou 12 anos?

Tornou-se comum a presença de estudos com o envolvimento de ferramentas, como ChatGPT, OpenAI e Gemini, para tirar dúvidas no seio da garotada que se prepara para exames como o Enem. Promove grande auxílio na confecção de recursos esclarecedores junto aos 5 milhões de jovens que se preparam para as provas. É frequente travar conhecimento de ferramentas, como o TutorIA e a Lara Chat, que hoje são comuns em colégios e cursinhos. A redação, por exemplo, é corrigida em minutos, quando antes demorava horas e não tinha a mesma precisão.

Dois lançamentos devem ser considerados nesse processo de crescimento: o Manus faz o que nenhuma IA de hoje consegue. Analisa cada um dos textos, escreve um código para fazer uma comparação e roda o programa. Manus consegue controlar o computador. Faz isso pensando. Tem também o Sesame, com duas vozes, uma masculina e

outra feminina. Ele bate papo. Tudo em inglês, com extraordinária fluência.

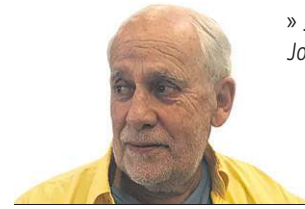
Temos ainda o Mistral Saba, modelo de grande porte construído na França, mas treinado em árabe, fluente na língua falada por 300 milhões de pessoas, em 26 países. Tudo isso faz com que o processo fique cada vez mais barato e mais rápido. Estamos treinando grandes modelos de linguagem (LLM). As coisas estão sendo simplificadas.

Não há dúvida sobre o futuro da inteligência artificial. A regulação do mercado, da competição e da inovação é o caminho indicado. Procura-se hoje redirecionar a tecnologia para que daí advenham ganhos coletivos.

Quando analisamos o tema, não podemos deixar de mencionar a existência de habilidades e a geração de laços emocionais que nos distanciam da máquina, com a qual não podemos competir. A regulação não pode ser confundida com posições monopolistas — e isso deve ser levado em conta. Entre as coisas novas que estamos pensando em criar, situa-se a IA pró-trabalhador. Devemos buscar o equilíbrio sem procurar inibir a inovação.

Devemos caminhar sempre em busca de melhores empregos. Queremos o funcionamento adequado das democracias. Os robôs não são muito bons em substituir pessoas de baixa qualificação. Devemos ter cuidado com as pessoas que produzem mais renda para elas. Em síntese, deixar de adotar uma atitude passiva em relação à tecnologia.

Mirem-se nos exemplos do filósofo do Mondubim



» JOSÉ NATAL
Jornalista

José de Arimathea Gomes Cunha, o nosso saudoso Ari Cunha, que nos deixou aos 91 anos de idade, em 2018, com certeza está entre as mais importantes personalidades que integram o simbólico quadro de pioneiros que fizeram parte da construção de Brasília. Vindo do Nordeste, chegou por aqui no comecinho de tudo. Fincou raiz no Planalto Central, fundou um jornal que se transformou na voz da cidade, dela cuidou como se fosse sua, a respeitou como se fosse uma dama e a protegeu como se fosse filha.

Sempre nas datas que lembram o aniversário de Brasília, uma avalanche de pseudopioneiros se arvoram em citar momentos que sequer viveram, e alguns deles nem da cidade gostam. Dizer-se pioneiro não basta, tem que ter passado. Tem que ter referências, fatos da história pra contar. Recorrer ao Google não vale, o DNA da história é o documento.

Com o devido respeito a tantos que nessa exigência se encaixam, é difícil não dar ao jornalista a honraria de estar entre os primeiros na fila. A primeira edição do *Correio Braziliense* nasceu em 21 de abril de 1960. E já na página 11 do segundo caderno, da edição de número 22, do dia 15 de maio do mesmo ano, estava lá a coluna *Visto, Lido e Ouvido*, assinada por Ari Cunha. Durante meio século e mais oito anos de vida, a coluna se transformou em referência da cidade, como se fosse um canal de voz da comunidade, com informações criteriosas, opinativas e, acima de tudo, com um grau de credibilidade nunca questionado.

Atento a tudo que girava a seu redor, Ari, com um texto ora ácido e, muitas vezes, bem-humorado, nunca se furtou a revelar, detalhar e também denunciar tudo aquilo que de alguma forma era de fundamental interesse da cidade e do país. Ético e corajoso, e com Brasília ainda jovem, soube entendê-la. Quando ela adolescente, deu a ela mil conselhos. Quando ela se tornou adulta, a dividiu com as ações e encarou consequências. Nunca temeu ameaças e jamais omitiu a verdade, como tinha que ser. Impossível não interligar as histórias de vida de Brasília com a do jornalista Ari Cunha.

Contou fatos e coisas que, ao longo do tempo, aconteceram em ruas e becos. Nos gabinetes dos tribunais, nos ambientes políticos e, também, com ênfase, decifrou mistérios e segredos de senhores do poder. Naqueles tempos distantes, sem a internet e as eficiências do gênero, a informação chegava por canais e naipes de toda ordem. Poderia surgir numa conversa com vizinhos, reunião com amigos, solenidades e eventos, cartas e telefonemas, e de fontes confiáveis. Ou a investigar.

Os mais antigos na cidade também devem se lembrar da enxurrada de críticas e zombarias dirigidas ao governo de JK pelo atrevimento de tirar a capital do Brasil do Rio de Janeiro e trazê-la para o Centro-Oeste. Visionário, Ari se armou de argumentos sólidos e, com frequência, disparava poucas e boas contra aqueles encastelados que faziam cara feia e ataques covardes, condenando a mudança da capital. Nunca a verve arretada do cearense do Mondubim se fez tão presente, e a defesa de Brasília ganhou força nas páginas do jornal. Bom que se diga, com muito mais determinação do que aquelas feitas por políticos de todas as tribos. Os tempos eram outros, não havia por aqui a velocidade do WhatsApp, a comunicação digital e outros sinais que modernizam o mundo de hoje.

Sem rodeios e de peito aberto, Ari Cunha não economizava verbos para mostrar sua indignação com as ações e mensagens negativas contra a nova capital. Na coluna de 26 de abril de 1962, sem papas na língua, disparou: “Porta-vozes bem remunerados continuam, na imprensa carioca, procurando desprestigiar Brasília e tentam atingir agora a equipe que a construiu. A defesa pela calúnia surge no cenário, mas o povo saberá discernir”. Em outro momento, mais uma vez, a coluna esboçou sua revolta contra os adversários que atuavam nas sombras e sentenciou: “O que está sendo feito aqui é de concreto armado e nem as britadeiras, nem as picaretas dos inimigos poderão destruir. A obra tem alcance superior”.

A cidade cresceu, superou obstáculos, consolidou-se como berço moderno e suficientemente capaz de corresponder a tudo aquilo que dela se esperava. Ainda hoje, há resquícios de descontentamento, em grande parte gerados por mentes de pequeno alcance, pessoas descompromissadas com o futuro do país. Nada passava despercebido aos olhos do cearense que se apaixonou pela cidade. E, com um estilo próprio de manifestar esse sentimento, ouvia todos os seguimentos sociais, e a todos tratava com simplicidade e insistente curiosidade sobre qualquer que fosse a queixa, informação ou qualquer coisa de interesse da comunidade. Com o passar do tempo, a coluna virou referência para os leitores, um abrigo na mídia que muitos buscavam como farol de orientação. Como em todas as grandes cidades, os problemas acontecem e, cada vez mais, a impotência da comunidade em levá-los às autoridades, ditas responsáveis, fica mais evidente.

Agora, com Brasília já com 65 anos de idade, a coluna criada por ele em 1960 continua ativa e atenta, sob a responsabilidade da filha Circe Cunha, que herdou do pai o talento, a determinação e igual senso crítico a fatos e coisas que despertem o interesse comum. O comunicador que foi visto, lido e ouvido deixa seu nome na história da cidade. Pra sempre.

Governança e inovação para um futuro sustentável nas estatais do século 21



» PEDRO CAVALCANTE
Secretário adjunto de
Coordenação e governança
das empresas estatais federais

Diante do processo global de revalorização das empresas estatais como atores-chave do desenvolvimento tecnológico, socioeconômico e sustentável dos países, uma estratégia cada vez mais consensual é o fortalecimento da governança e das capacidades dinâmicas dessas organizações públicas. Se, por um lado, esse é um caminho inexorável, por outro, representa um grande desafio diante da crescente competição nas cadeias produtivas e das constantes mudanças estruturais, se considerarmos a heterogeneidade e as dificuldades dessas empresas em um contexto de escassez de recursos fiscais.

Nessa direção, o Ministério da Gestão e Inovação, sob a responsabilidade da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), tem envidado esforços para o contínuo aprimoramento do desempenho dessas empresas, visando maior eficiência e produtividade sem renunciar aos compromissos com a transparência e a integridade das estatais. Entre as principais iniciativas, destaca-se o lançamento recente de dois importantes instrumentos: o novo Índice de Governança e Políticas Públicas (IG-Sest) e o Manual para Carta de Políticas Públicas, que foram formulados de maneira colaborativa junto com as empresas, instituições governamentais e não

governamentais de referência, como CGU, TCU, Ipea, IBGC e universidades federais.

As reformulações se fundamentaram no diagnóstico de que essas ferramentas foram imprescindíveis para garantir a conformidade com os dispositivos previstos na Lei das Estatais (nº 13.303/2016). Contudo, constatou-se a necessidade de promover modificações alinhadas às tendências contemporâneas de governança corporativa.

Assim, a nova versão do IG-Sest transcende o mero cumprimento das exigências legais e infralegais, incentivando a adoção de boas práticas, o alinhamento com as políticas públicas prioritárias e a valorização da cultura e compartilhamento de inovação. Essa ampliação do escopo segue recomendações de organizações multilaterais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que preconiza, por exemplo, a maior valorização da busca de informações e dados para facilitar a colaboração e a troca de experiências de gestão bem-sucedidas em vez da ênfase em rankings que geram competição entre empresas.

Desse modo, foram incorporadas duas novas dimensões ao indicador: políticas públicas e boas práticas, além da governança corporativa, que permanece abrangendo temas como controle interno, integridade e gestão de riscos. Na dimensão de boas práticas, o objetivo é potencializar o papel de empresas líderes, como a Petrobras e a Embrapa, na promoção de inovação em suas gestões, permitindo que essas iniciativas sejam disseminadas para outras organizações. Já a dimensão de políticas públicas possibilita que as estatais demonstrem convergência com programas e

estratégias prioritárias do governo, reconhecendo as funções essenciais que exercem na economia e na prestação de serviços à sociedade. No entanto, não basta apenas declarar alinhamento: é necessário monitorar o desempenho, os resultados e os impactos das ações, assegurando transparência e accountability.

O novo Manual de Carta de Políticas Públicas, por sua vez, busca fortalecer a relação entre as ações das estatais e as políticas nacionais, mediante o detalhamento das atividades dessas empresas e de suas contribuições para o país de forma abrangente, incluindo informações sobre sua inserção no respectivo setor, investimentos em P&D, impactos regionais de sua atuação, entre outros aspectos. Além disso, o manual estabelece diretrizes para que as estatais demonstrem seus esforços em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à agenda ambiental, social e de governança (ASG).

Em síntese, essas iniciativas, resultantes de constante diálogo interinstitucional, reforçam a prioridade dada à governança corporativa das estatais no sentido de aperfeiçoar o processo decisório, a integridade e o equilíbrio entre a supervisão ministerial e a autonomia das empresas. Construir capacidades dinâmicas é imperativo para que as estatais se adaptem às transformações contemporâneas e garantam efetividade de suas ações. Dessa forma, poderão explorar plenamente seu potencial, cumprir suas missões estratégicas em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável e, ainda, preparar-se de maneira resiliente para enfrentar desafios complexos e incertos, como a mudança climática e a ascensão da inteligência artificial.